

**XVII CONGRESSO DE  
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ**

**Tecnologias da Educação: passado, presente, futuro**



Anais XVII Congresso de História da Educação do Ceará. V.1, 2018, ISSN 2237-2229

**APROXIMAÇÕES ENTRE CIÊNCIA E GÊNERO NA CONSTITUIÇÃO DE  
REPRESENTAÇÕES DO FEMININO NA MODERNIDADE**

Polliana de Luna Nunes Barreto<sup>169</sup>

Patrícia Helena Carvalho Holanda<sup>170</sup>

**RESUMO**

Elaborar reflexões acerca da construção do feminino, sua apropriação, representação e práticas sociais se faz necessária aos estudos em Educação. Partimos das análises de estudiosos da temática de Gênero, da História de Mulheres e da Família para apresentar um quadro do debate acerca das representações do feminino na sociedade numa perspectiva histórica, considerando o advento da Modernidade. A discussão se ancora nos debates propostos no campo da História Cultural e da Psicanálise, para tanto nos valem de aporte bibliográfico com fins de aprofundar o debate de gênero. A concepção de mundo patriarcal que pauta o comportamento de mulheres e homens reserva ao feminino o papel mais “edificante”, que é o da reprodução, da boa mãe, da esposa dedicada, da mulher sensível, da educadora comprometida. Essa construção cultural colocou a mulher ou próxima da figura devotada e de santidade similar à Virgem Maria, ou em seu extremo oposto, da mulher inconsequente e rebelde como a Eva, caracterizada pela tradição judaico-cristã.

**Palavras-chave:** Ciência e Gênero, Representações do Feminino, Educação.

<sup>169</sup>Universidade Federal do Cariri; polliana.luna@ufca.edu.br

<sup>170</sup>Universidade Federal do Ceará; profa.patriciaholanda@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

Elaborar reflexões acerca da construção do feminino, sua apropriação, representação e práticas sociais se faz necessária aos estudos em Educação. Partimos das análises de estudiosos da temática de Gênero, da História de Mulheres e da Família para apresentar um quadro do debate acerca das representações do feminino na sociedade numa perspectiva histórica. A discussão se ancora nos debates propostos no campo da História Cultural e da Psicanálise, para tanto nos valemos de aporte bibliográfico com fins de aprofundar o debate de gênero.

Durante o século XVIII, se configura um cenário de mudanças no âmbito político, econômico e social que viabiliza uma crescente discussão dos paradigmas em voga até então. É notório que movimentos que eclodiram naquele momento tiveram eco nos séculos posteriores impactando na crise da razão, ou poderíamos chamar também de uma crise do sujeito clássico pautado no paradigma racional.

A revolução francesa, tem assim seu lugar de importância como evento marco das transformações políticas no Ocidente, elevando ao patamar de princípios gerais da política, a partir de então, a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade. Apesar das significações que esses conceitos abarcam, é fato que tais valores carecem de ressignificação diante da realidade de um sistema econômico que longe de buscar a igualdade entre os homens, conduz a uma densa teia de relações que cerceiam a amplitude desses valores. O sistema capitalista ao se consolidar no século XIX se faz no berço do Iluminismo gestado, e seus princípios são (re)alinhados numa perspectiva filosófica, de modo a atender às necessidades das classes que se reformulam.

Ao chamar atenção para as bases de surgimento do Capitalismo e do regime democrático, queremos enfatizar o fato de que tais processos historicamente localizados oferecem elementos para compreensão da crise do sujeito. *Deus* deixou de ditar as regras morais, a sociedade ganha a partir do Iluminismo a responsabilidade de ordenação da vida social, e os sujeitos continuam a encarar os valores de uma sociedade fortemente patriarcal, contudo, respirando ares de liberdade e igualdade, que são debates que não coadunam com o regime patriarcal.

## A CIÊNCIA E O GÊNERO: CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES EM NOVOS CONTEXTOS SOCIAIS

A alteração política paulatinamente sentida na Europa com o advento das repúblicas, a descentralização política consolidada com o fim do absolutismo, consolidação dos parlamentos e, o aprofundamento do debate acerca da democracia, aprofunda a fragilidade do poder representado pela soberania do monarca. Tanto é clara essa nova conjuntura, que Neri (2005) afirma que no final do século XVIII a ordem monárquica quase inquestionada e todos os seus privilégios é substituído por um campo móvel e múltiplo de forças. Stearns (2015) dá conta igualmente de uma mudança nos padrões ocidentais ao longo do tempo quanto o assunto é o gênero, ao falar dos contatos entre europeus e não europeus entre os séculos XVI e XIX.

No início dos contatos(...) eram fortemente marcados pelo cristianismo, sendo o catolicismo particularmente importante. As ideias cristãs sobre sexualidade adequada e domínio masculino no casamento eram bastante ressaltadas. Por volta dos séculos XVIII e XIX, no entanto, a mensagem europeia ficou mais complicada. Os europeus (sobretudo, mas não exclusivamente, protestante) descortinaram uma definição sem precedentes de ideias de masculino e feminino. Nessa equação, os homens eram em primeiro lugar trabalhadores e figuras públicas. As responsabilidades das mulheres eram prioritariamente domésticas – um velho tema, é claro, agora adornado com novas crenças sobre a fragilidade e bondade moral do ‘sexo mais fraco’ (p.105)

A partir do cenário traçado por Stearns (2015) observamos que a equação apresentada por ele se forma a partir de uma gama de múltiplos espaços e debates políticos e intelectuais que dão corpo às mudanças sociais que se descortinarão. Rachel Soihet (2013) ao tratar da conquista do espaço público pela mulher no Brasil afirma que “As aspirações das mulheres brasileiras mudaram significativamente a partir de fins do século XIX, com o advento da República” (p.218)

As mudanças políticas e sociais a partir do século XVIII fortalece a necessidade de novas explicações da realidade, espaço a ser preenchido pela Ciência.

No afã de conceber um conhecimento científico que conduzisse à igualdade de direitos entre os cidadãos, a autoridade do masculino passa a ser questionada. A superioridade do homem enquanto ser que guarda a masculinidade defendida classicamente pelos gregos, a exemplo de Aristóteles, se fragiliza na medida em que a discussão metafísica se esvai em oposição ao fortalecimento do debate científico.

Na busca de compreender o mundo a partir da razão e elaborar saberes que abarcassem

o conhecimento do todo, a Ciência faz surgir o segundo sexo, o feminino que até então era tida como uma anomalia do masculino passa a ter existência própria. Esse fato é preponderante para ampliar múltiplas discussões sobre o papel do masculino e do feminino na sociedade do século XIX, com repercussões no século XX. Nesse sentido, afirma Neri (2005) que “A modernidade instaura uma crise da hegemonia do masculino, até então plenamente assegurada.” (p.62).

No século XX, vê-se consolidar novos espaços de atuação científica e o debate acerca da sexualidade e do gênero se congrega no âmbito das ciências médicas e biológicas, tanto que a psicanálise surge na interface desses campos do conhecimento científico. Estando diante de uma lacuna a ser preenchida, pergunta-se qual o papel do masculino? Quem poderá defini-lo senão a Ciência, dona e senhora do conhecimento?

O modelo essencialista amparado na Biologia apregoa a existência de dois sexos que determinam o gênero e impactam nas características psicológicas e emocionais do indivíduo. Assim, conforme esse modo de encarar a sexualidade, a mulher guardaria relação com características e valores próximos à paixão e à maternidade, destinando-a ao espaço privado e ao homem de forma oposta a razão que o levaria a atuar no espaço público. Ainda segundo Neri (2005), essa era uma tentativa de restauração do lugar tradicional do masculino, diante dos embates acerca da função do indivíduo na sociedade. O modelo essencialista era suficiente para justificação do patriarcado, “trata-se de uma estratégia de preservação do pai como aquele que encarna a ordem na civilização e da afirmação do papel determinante do homem na cultura” (p.62).

Ao longo do século XX, o debate sobre os papéis sociais dos indivíduos alicerçados nas questões atinentes ao gênero e suas representações se ampliou juntamente com a consolidação dos campos científicos. No âmbito da psicanálise, destacamos a obra de Freud (2016), para quem civilização e cultura se confundem e exercem dois papéis básicos a saber: conter os instintos e adequar o indivíduo à vida em sociedade. Assim, se modelam normativas de condutas em acordo com as ideias de indivíduo, que são elencados cientificamente para que se promova a civilização da modernidade.

Para Freud (1972) “As mulheres representam os interesses da família e da vida sexual.” (p.25). Assim sendo, cada sujeito desempenharia um papel bem definido na sociedade, e assim deveria ser tendo em vista a inviabilidade de sobrevivência da espécie humana frente à ausência da civilização, enquanto elemento que impõem regras de conduta necessárias a existência da

sociedade.

A sexualidade e os papéis a serem desempenhados se naturalizam socialmente e segundo Foucault (2014) são confiscados pela família conjugal e o debate fica restrito ao espaço privado. Nesse sentido concordam Foucault (2014) e Freud (2016), o sexo e trabalho não são conceitos que se complementam no capitalismo, assim é que o homem, na visão de Freud (2016), abre mão de uso de toda sua energia psíquica na atividade sexual para empregar em finalidades culturais, podemos depreender disso o trabalho e a produção de bens. Ao mesmo tempo Foucault (2014) explica que numa época em que sistematicamente a força de trabalho não se poderia desperdiçar, não poderia haver energia dissipada nos prazeres, salvo aqueles que de alguma forma trouxessem resultados favoráveis à organização social ou como diria Freud (2016) à civilização.

A Psicanálise inaugurada com Sigmund Freud (1856-1839), enquanto novo campo do saber, apresenta-se como um espaço privilegiado de debate das questões de gênero, e sua gênese está vinculada ao lugar de fala do feminino. O feminino se apresenta inicialmente como objeto dessa nova ciência, e o masculino aquele que visa o decifrar. Deve-se considerar a ordem do discurso na modernidade, o feminino torna-se objeto num espaço de tensão com o masculino, tanto que a crise do paradigma do masculino permanece e se aprofunda e amplia academicamente o debate em face da tendência à restauração do papel no masculino, ameaçado na medida em que feminino ganha voz e aponta para a existência da diferença, advogando pelo reconhecimento e valorização da diferença na via da equidade.

Diante do regramento dessa sociedade alicerçada em um modelo de desenvolvimento e produtivíssimo, e ao mesmo tempo imersa numa crise de valores quanto aos papéis a serem desempenhados pelos indivíduos, uma variada gama de orientações são elaboradas com fins de consagrar o masculino e o feminino aos seus lugares devidos na organização social. Exemplo de tais estratégias são os manuais de comportamento cientificamente elaborados que caíram no gosto dos leitores do século XX, foi comum a edição de periódicos diversos e livros com fins de instruir o homem e a mulher modernos sobre seus papéis na vida em sociedade, e para tanto pautaram-se em conhecimentos produzidos por variadas áreas do conhecimento. A título de exemplo, podemos citar a Biologia à serviço da higienização da família, a Educação, enquanto campo do conhecimento responsável por definir os limites e meandros do processo pedagógico para formação do homem moderno, e ainda a Medicina pautando a construção de um saber

direcionado à cura do sujeito que vive e produz em família.

Novos saberes tratam de reordenar os papéis de cada indivíduos em sociedade, apesar dos dogmas temporais coexistirem e até em certa medida influenciarem os novos conhecimentos produzidos, o feminino entra num novo campo colaboração para a formação da sociedade para além do papel de mãe e esposa, mas com ele colaborando Matos e Borelli (2013) observa que o advento da República no Brasil, por exemplo, foi marcada pela influência do positivismo que apregoava a transformação da sociedade através da Educação, o feminino teria aí um papel alargado, além da educação da prole a mulher poderia contribuir para a educação da nação, as características ditas como naturais do feminino como a docilidade e compromisso eram tidas como bem-vindas em atividades para as quais a mulher era considerada mais “apta” como Magistério, Enfermagem, Farmácia e Odontologia.

No final do século XIX e no início do século XX, vemos um esforço para realocar o lugar da mulher na sociedade, considerando aí a feminização de variadas ocupações profissionais.

O estudo do feminino, na via das questões de gênero, é um debate relevante para a discussão das configurações dos processos educacionais na contemporaneidade. Deve-se levar em consideração uma densa teia de relações na perspectiva do social, econômico e cultural, que influencia diretamente os modelos educacionais à luz dos referenciais históricos em cada espaço e tempo na história da humanidade.

Assim é que o Gênero enquanto categoria de análise ganha o campo da História Cultural e é possível elaborar um panorama da produção historiográfica sobre o feminino.

## **A HISTORIOGRAFIA DO FEMININO**

O interesse pelo feminino enquanto objeto de estudo é relativamente recente, conforme pudemos perceber ao ter trazido a crise da racionalidade e a emersão dos estudos sobre os papéis de gênero. Em meio a espaços constituídos e reconstituídos, uma história dedicada ao feminino com campo específico consolidado surge na década de 60, do século passado, com a alcunha de História de Mulheres e chega ao século XXI como envolta na questão de Gênero. Informa Perrot (1995):

Até o século XIX, faz-se pouca questão das mulheres no relato histórico, o qual, na verdade, ainda está pouco constituído. As que aparecem no relato dos cronistas são quase sempre excepcionais por sua beleza, virtude, heroísmo ou, pelo contrário, por suas intervenções tenebrosas e nocivas, suas vidas escandalosas. A noção de excepcionalidade indica que o estatuto vigente das mulheres é o do silêncio que consente com a ordem (p.13).

Nesse sentido e ainda anterior à constituição do campo historiográfico relativo à História de Mulheres, podemos destacar o trabalho do historiador e filósofo Jules Michelet (1798-1874), que se dedicou a tratar da relação homem-mulher e seus impactos na vida social, ainda que de forma indireta, em uma de suas obras. Tendo, por óbvio, o autor escrito sua obra em acordo com os valores de seu tempo. Em seu livro *A Feiticeira* (1862), deixa transparecer os papéis do masculino e do feminino, identificando-os respectivamente com esfera pública e a esfera privada. O autor mostra as consequências negativas para a sociedade quando ocorre confusão entre esses papéis.

Deve-se considerar as fragilidades da obra, quando tenta apresentar uma explicação da realidade, usando para isso a História. Apesar da preocupação do autor com a cientificidade de sua escrita, os elementos presentes na referida obra transitam entre História e Literatura (TEIXEIRA, 2013). Conforme aponta Perrot (1995), e podemos afirmar isso da obra Michelet, a mulher é colocada em situação dicotômica entre a virtude e o vício. Apesar das interpretações e críticas, Michelet fala de mulheres num momento anterior a constituição de um campo historiográfico específico para um estudo da história desses sujeitos. Sobre Michelet afirma Perrot (1995):

Segundo ele, a natureza feminina tem dois pólos, um branco e um negro: de um lado, a maternidade, o doméstico; de outro, a superstição, a crueldade, o sangue, a loucura, a histeria. Que as mulheres se ajustem ao primeiro pólo, tudo bem. São, dessa maneira, a pura encarnação do Povo generoso. Inclinando-se elas na direção do segundo, a história perde suas leis e as catástrofes se sucedem. Exemplos: Catarina de Médicis; ou mesmo as "tricoteiras" da Revolução francesa, terminando no Terror (p.14).

De toda forma, não se deve ousar tornar invisível a contribuição de Michelet, a própria Perrot (1995) afirma que sua grande contribuição foi levar a sério a relação entre os sexos, algo impensável pela escola Positivista.

A constituição de uma história que focalize a multiplicidade de sujeitos e suas realidades se apresenta como desafiadora tanto quanto necessária e instigante. Mulheres ricas e pobres, brancas e negras, burguesas e proletárias carecem de serem lembradas, a fim de

compreendermos as relações sociais e políticas que permearam suas existências e que nos dão algumas clarezas na tentativa de compreender a realidade.

A ampliação dos movimentos sociais criou um cenário favorável para que a Ciências Sociais e as Humanidades dessem especial atenção a grupos humanos marginalizados. A História, por exemplo, passou a interessar-se cada vez mais por construir conhecimentos acerca do passado de outros sujeitos, além daqueles que ocuparam o espaço da História Política mais tradicional, como é o caso do Negro, da Criança, das Mulheres, dos Transexuais, do Operário, do Idoso, entre outras categorias. O surgimento do feminismo na década de 60, o surgimento de grupos revisionistas marxistas e ainda o fortalecimento da História das Mentalidades e da História Cultural foram decisivos para o avanço na abordagem do feminino.

Segundo Soihet (2011), a pressão ocorrida inicialmente nos Estados Unidos, diante da onda feminista, viabilizou o surgimento de cursos, colóquios, grupos de reflexão na universidades tendo como objetivo desenvolver estudos dedicados às mulheres. As pesquisas se multiplicaram e o novo campo começava a se institucionalizar. Durante a década de 70 esses trabalhos se disseminaram pela Europa e pelo mundo, em pouco tempo a questão do feminino ganhou um lugar na história. Ressaltamos o papel da História Cultural que se consolida na segunda metade do século XX, e se dedica a micro campos variados. Conforme aponta Soihet (2011) em sua contribuição na obra de Cardoso e Vainfas (2011):

Fundamental, neste particular, é o vulto assumido pela história cultural, preocupada com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais: os operários, camponeses, escravos, as pessoas comuns. Pluralizam-se os objetos da investigação histórica, e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história (p.263).

A produção historiográfica sobre mulheres no Brasil tem ponto alto na década de 80, a exemplo da historiadora brasilianista June E. Hahner (1981), que desenvolve um estudo sobre as lutas empreendidas pela mulher brasileira, destacando o surgimento do feminino no Brasil, a criação da imprensa e focalizando o papel das mulheres da elite nesse cenário. Outros estudos relevantes se seguem a este destacando a mulher no campo da História Social, como os de Maria Odila Leite da Silva Dias (1984), *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, livro que apresenta a força da resistência das mulheres pobres no século XIX. Margareth Rago publica, em 1985, *Do cabaré ao lar* e *A utopia da cidade disciplinar*, que tratam das formas de resistência informal de operárias e anarquistas no começo do século XX.



Destacamos outras obras, como as de Magali Engel (1988) sobre a prostituição e o discurso médico, Martha de Abreu Esteves (1989), que trata dos casos de sedução de meninas no Rio de Janeiro da Belle Époque, e o de Raquel Soihet (1989), que dedica-se ao tema da violência contra a mulher na República.

Aproximando-se da história das mentalidades, Laura de Mello e Souza (1986) apresenta as feitiças em *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. Mary del Priore (1990), em sua tese de doutorado, se dedica ao cotidiano, ao sentido da feminilidade e aos discursos morais da Igreja Católica na Colônia. O feminino se engloba aos temas família e sexualidade. Eni de Mesquita Samara (1988) estuda a rede de relações familiares e os sistemas de dote no século XIX. As mulheres consagradas à igreja também são sujeitos dessa historiografia, Mezan (1992) investiga as formas da sociabilidade feminina nos espaços dos conventos e dos recolhimentos da Colônia.

Durante a década de 80, se produz uma historiografia preocupada em conferir destaque particular a atuação da mulher como sujeito histórico, e portanto, à sua capacidade de luta e de participação na transformação das condições sociais de vida, olha-se para as mulheres de outras classes sociais, volta-se para a História Social e para a mentalidades em profusão com a História Cultural. A História das Mulheres no Brasil nasce no âmbito da historiografia do trabalho, contudo, se dinamiza na medida em que o trabalho deixa de ser o elemento uno que explica a vida em sociedade, Thompson (1981) já advertia, do interior do marxismo, aos historiadores acerca dos perigos da tipificação, da noção de classe como uma identidade pronta e acabada.

Foucault, por sua vez, vem reforçar a crítica à história social, quando esta trabalha com identidades definidas. Apesar da tipicidade criada, essa dicotomia foi até certo ponto importante, pois favoreceu uma mobilização política. Ao largo de uma identidade típica para a mulher, se disseminou ainda o predomínio de uma imagem de vítima ou ainda de rebelde, conforme aponta Soihet (2011), se delineava um incômodo teórico no campo da História de Mulheres. Era preciso atentar para um detalhe que redefiniria os rumos da historiografia, o sujeito da história não é uma figura universal, assim como não é a mulher.

Desde a década de 70, o gênero tem sido o termo utilizado para conceituar o que está relacionado à questão da diferença sexual, é um vocábulo que vem fazer frente ao determinismo biológico e trazer à tona as questões sociais que interferem na constituição da subjetividade. Nesse sentido, ao invés de colocar o feminino e o masculino em lugares oposto eles vem para o campo do relacional. Ao mesmo tempo a categoria classe e raça se retroalimentam com a

primeira. Portanto, do ponto de vista metodológico, o historiador passaria a articular esses três eixos gênero, classe e raça com fins de melhor abarcar as evidências e realizar as perguntas de pesquisa mais adequadas.

Em meio a constante reformulação de conceitos, ser mulher comporta inúmeras possibilidades e não diz muito sobre sua identidade. Novos estudos se alargam, são lançados novos elementos de discussão para pensar a mulher, e o feminino se apresenta como uma categoria a ser mais explorada, enquanto o gênero em toda sua complexidade toma o lugar do debate. Nessa esteira, avançam estudos sobre a vida privada, no âmbito da vida privada estão a família, a sexualidade, as relações entre outros aspectos. O feminino e o masculino carecem de ser explorados, se se quer compreender as relações humanas em sua esfera privada. Nesse sentido, é de grande contribuição o papel da Antropologia com seus objetos e desejo de compreensão da formação da casa, parentesco, relação pais e filhos. Logo uma história da família foi bem-vinda, sendo os historiadores muito influenciados por estudiosos de outras áreas. Lévi-Strauss, Philippe Ariès, Georges Duby e Michel Foucault são alguns dos nomes de relevo nessas temáticas. Como antropólogos, historiadores e sociólogos, contribuíram para o entendimento dos elementos que bailam entre a esfera privada e pública e que definem os papéis de gênero. Foucault já em 1976 lança o seu *La volonté de savoir*, o primeiro livro da trilogia de sua *História da Sexualidade*.

A História Cultural ao se consolidar como espaço teórico alarga o debate e lança novos elementos de discussão para pensar a mulher. O feminino se apresenta como uma categoria a ser mais explorada, e o gênero em toda sua complexidade toma o lugar do debate. Joan Scott (1988) tece uma crítica incisiva ao tendência de criar similitudes entre os papéis de homens e mulheres ou ainda a de ao tratar as diferenças criar uma cultura essencialista, utilizando a categoria mulher como elemento fixo. Em 1991, Michelle Perrot e George Duby pretenderam realizar uma história de gênero através da obra *A história das mulheres no Ocidente*, em cinco volumes, a pesquisa que os autores desenvolveram busca dar conta da relação entre os sexos, muito mais do que apenas focalizar o sujeito mulher na constituição historiográfica.

Falci (2007), ao abordar as mulheres do sertão nordestino, relata as dificuldades para encontrar registros das vidas de mulheres que não tem seus bens registrados em inventários, caso das proprietárias de terras e escravos ou das que tem seus próprios corpos definidos como propriedade, assim realiza um estudo na via relacional, conforme se apreende dos estudos de

gênero em confronto com outros eixos como classe e etnia. Outras categorias de mulheres podem ser trazidas à tona, entre elas aquelas institucionalmente livres e pobres, aquelas que pouco aparecem nos documentos oficiais, e que precisam ser reconhecidas a partir da construção de uma história pautada na memória, na oralidade, devidamente problematizadas em seus contextos de vida. Para a autora, no Nordeste foi gestada uma sociedade fundamentada no patriarcalismo, estratificada não apenas entre pobres e ricos, livres e escravos, mas entre homens e mulheres.

No século XIX, a mesma autora dá conta da existência de 11.699 mulheres escravas nos sertões nordestinos (FALCI, 2007), uma das figuras abordadas nesse estudo situa-se nesse número. Luzi, viveu na segunda metade do século XX, livre e pobre, morreu presa ao machismo que alicerçava a sociedade da época, em analogia à fala de D’Incao (2007), ela compõe um capital simbólico para o homem da época.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em acordo com a literatura sobre o Feminino, podemos afirmar que a desigualdade dos sexos não é um dado biológico nem um mandato divino, mas uma construção cultural, portanto, um assunto apropriado de estudo no campo da Educação.

A concepção de mundo que pauta o comportamento de mulheres e homens reserva ao feminino o papel mais “edificante”, que é o da reprodução, da boa mãe, da esposa dedicada, da mulher sensível, da educadora comprometida. Essa construção cultural colocou a mulher ou próxima da figura devotada e de santidade similar à Virgem Maria, ou em seu extremo oposto, da mulher inconsequente e rebelde como a Eva, caracterizada pela tradição judaico-cristã.

A história tradicional se referia ao estudo de um passado distante, e que muitas vezes não estava em consonância com a realidade daqueles que sobre essa história se debruçavam. Contudo, a História Cultural abre possibilidade de um debate transdisciplinar que privilegia aspectos sociais antes não considerados, como é o caso da História de Mulheres ou do Gênero sem a dicotomia de análises, mas, considerando a Cultura de forma ampla, totalmente associada, numa retroalimentação profunda com tudo que compõem o estar em sociedade.

Este debate traz reflexões sobre a constituição do gênero feminino historicamente localizado, em face das mudanças sociais relacionadas com o advento da Ciência e da Modernidade. Estudos vários conduzem essa discussão, o complementam e são

complementados por ele, cumprimos assim o papel fundamental do debate teórico: apresentar uma análise sobre um dado fenômeno de modo a contribuir para a construção de entendimentos de mundo.

## REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960a.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Rio de Janeiro: Edições Best Bolso, 2014.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. São Paulo: Difel, 1990.

D'INCAO, Maria Ângela. **Mulher e família burguesa**. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores. O saber médico e prostituição no Rio de Janeiro**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro de Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FALCI, Miridan Knox. *Mulheres do sertão nordestino*. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

FLAX, Jane. “**Pós-modernismo e relações de gênero**”. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.). *Pós-Modernidade e Política*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1991 (pp. 217-250).

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 2014.

Freud, S.(1930) **O Mal-Estar na Civilização**. Obras psicológicas completas. Ed Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago Editora.

FREUD, Sigmund. (1915d). **Repressão**. *SE*, 14: 141-158.

FREUD, Sigmund.. (1920g). **Além do Princípio do Prazer**. *SE*, 18: 1-64.

FREUD, Sigmund.. (1923b). **O Ego e o ID**. *SE*, 19: 1-66.

FREUD, Sigmund.. (1950c [1895]). **Projeto para uma Psicologia Científica**. *SE*, 1: 281-387

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. **Espaço feminino no mercado produtivo**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 126-147.

MELO e SOUZA, Laura. de. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Contexto das Letras, 1986.

MEZAN, Leila. **Honradas e devotas; Mulheres da colônia: estudos sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do Sudeste**. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

NERI, Regina. **Crise do Masculino-paradigma do sujeito universal metafísico**. In: *A A psicanálise e o feminino: um horizonte de modernidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PERROT, Michelle. DOSSIÊ: "**História das Mulheres no Ocidente**". *Escrever uma História das Mulheres*. Cadernos Pagu (4) 1995: pp. 9-28.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar — a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. **O efeito Foucault na historiografia brasileira**. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo*, 7 (1-2): 67-82. Outubro de 1995.

SAMARA, E. de M. **As mulheres, o poder e a família. São Paulo - século XIX**. São Paulo: Marco Zero/Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo, 1988

SOIHET, Raquel. **Condição feminina formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. **O pecado do historiador: para uma leitura d'A Feiticeira, de Jules Michelet**. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 438-452, jul./dez. 2013.